

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

**ATA nº 104/2020**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, por videoconferência, foi reunida a Comissão Própria de Avaliação - CPA, em reunião ordinária, com a seguinte pauta: 1) “Aprovação da Ata da reunião ordinária nº 102/2019 (dezembro de 2019)”; 2) “Análise das propostas de alterações na ADD”; 3) “Análise da estrutura dos Relatórios Gerenciais 2020”; 4) “Avaliação externa (ENADE, avaliação *in loco*, Recredenciamento Institucional, Sistema Educacional Brasileiro - SEB)”; e; 5) “Assuntos gerais”. Estiveram presentes pela CPA, os titulares: Adriana Kivanski de Senna - Presidente, Antônio Luís Ramos Lopes, Claudio Luis Figueiredo da Silva, Cristiane Souto Santos, Daza de Moraes Vaz Batista Filgueira, Dilce Eclai de Vargas Gil Vicente, Elton Pinto Colares, Felipe Kern Moreira, Jaciana Marlova Gonçalves Araujo, Jaqueline Garda Buffon, Lizandro Mello Pereira, Mairim Linck Piva, Milton Luiz Paiva de Lima, Priscila Thiel Gabe, Rita de Cássia Grecco dos Santos, Roberta de Souza Pohren, Tanise Paula Novello. Como suplentes, estiveram presentes: Andréa Edom Morales, Beatriz Spotorno Domingues, Dalva Maria Provenzi de Carli, Edélti Faria Albertoni, Helen Sibelle Nogueira Gonçalves, Juliana Silveira Oliveira, Marcos Alexandre Gelesky, Paula Fagundes Marques Shinzato e Rodrigo Rocha Davesac. Justificaram ausência: Artthur Fin Lehmann, Fabiane Aguiar dos Anjos Gatti, Giovana Calcagno Gomes, Mônica Wetzel, Rafael Mello Oliveira, Raissa Brum Gonçalves de Ávila, e Raquel da Fontoura Nicolette. Pela Diretoria de Avaliação Institucional - DAI, fizeram parte da reunião: Antonio Carlos Sampaio Dalbon, Elisângela Freitas da Silva, Luiz Eduardo Maia Nery, Mayara Marques Guilherme, Rosaura Alves da Conceição e a estagiária da unidade: Joice Neves Machado. Justificou ausência: Angela da Silveira Leonardi. Convidadas presentes: Karina Andrade Martinatto e Tais Dias Legemann. Luiz Nery iniciou a

reunião, cumprimentando a todos e comentando que essa reunião era atípica, pois todos estariam participando virtualmente, não só os membros dos demais *campi* fora de Rio Grande, como de costume. Também informou que a pauta da reunião do mês de abril foi definida a partir da reunião ordinária de março, que não ocorreu, devido às iniciativas para enfrentamento da Covid-19 já determinadas na ocasião, acontecendo apenas a reunião extraordinária de aprovação do Relatório de Autoavaliação 2019, o qual foi encaminhado ao MEC dentro do prazo normal estipulado. Para esta reunião, se entendeu que dois assuntos precisavam de andamento, mesmo na situação atual de isolamento social: as alterações no processo da ADD e os Relatórios Gerenciais, pois no caso da ADD, é preciso fazer demandas ao NTI e quanto aos Relatórios Gerenciais, esses são muitos e exigem um trabalho dedicado da Diretoria de Avaliação para que sejam finalizados e entregues às coordenações para análise. Os demais assuntos da pauta, os relatos da Avaliação Externa e o relato da Ouvidoria, foram incluídos para informar sobre os andamentos das atividades que envolvem tanto a CPA quanto a Instituição como um todo. Adriana de Senna cumprimentou a todos, mas como sua conexão estava instável, Luiz Nery prosseguiu passando ao primeiro assunto da pauta, colocou para aprovação a "Ata da reunião ordinária nº 102/2019", já enviada anteriormente para análise. Não havendo manifestações, a mesma foi aprovada por unanimidade. Passando ao segundo assunto: "Análise das propostas de alterações na ADD", Luiz Nery lembrou que desde dezembro de 2018, a CPA tem autonomia sobre o processo e assim já trabalhou em mudanças para 2019 como: o aumento no número de questões (de 8 para 10) e a aplicação que passou a ser semestral. O GT ADD trabalhou então em outras melhorias, como propostas de instrumentos específicos para os diferentes níveis de cursos e a consideração ou não da avaliação feita pelos estudantes que reprovarem por frequência. Em seguida, Luiz Nery primeiramente falou do impacto da retirada dos estudantes que reprovaram por frequência. Na análise pode-se concluir de uma maneira geral, que é baixa a participação desses estudantes no processo. Para a maioria dos docentes em 2017 e 2018, não faria diferença se fossem retirados os estudantes



que reprovaram por frequência. Também nos anos de 2017 e 2018, não foi alterada em praticamente nada a nota para a maioria dos docentes, sem essa participação, e sendo ínfima essa alteração para os demais docentes. Sendo assim, o GT entendeu que a retirada dos estudantes reprovados por frequência não impacta nos conceitos obtidos pelos docentes, traz um pequeno acréscimo no percentual de participação dos estudantes e, se retirando a avaliação feita pelos infrequentes, alguns docentes que dizem não considerar a ADD, pois são avaliados por alunos que não possuem 75% de presença, não teriam essa justificativa. A seguir, Luiz Nery apresentou uma avaliação geral da ADD, com as participações do 1º e 2º semestres, e a participação consolidada do final do processo, a qual não era uma média dos dois semestres, como primeiramente foi considerada, e chegou-se à conclusão junto ao NTI, de que não necessariamente todos os estudantes que participaram no 1º semestre, participaram no 2º e vice-versa, bem como tiveram estudantes que participaram nos dois semestres, chegando então ao percentual de participação de 33,8%, superando a barreira dos 30%. Analisando-se, no entanto, o percentual de questionários respondidos, nos anos de 2017 e 2018, esse percentual acompanhou a participação dos estudantes, o que não aconteceu em 2019, pois houve um decréscimo na quantidade de questionários respondidos, o que pode ser devido ao fato da não obrigatoriedade dos estudantes avaliarem todos os questionários disponíveis para eles. Outra análise realizada foi em relação à participação dos diferentes níveis dos cursos, com destaque em 2019, para os cursos de graduação EaD cuja participação passou de 60%. Quanto à média geral da FURG, as médias das notas dos docentes vêm aumentando, ano após ano, independente dos níveis de curso, os estudantes vêm atribuindo conceitos maiores aos seus docentes. Seguindo o relato, um ponto destacado foi que 89,3% dos docentes da universidade receberam conceito acima de 7 em 2019. Em termos de percentual de respostas, 50% dos docentes que receberam avaliação ficaram na faixa de 20 a 40% dos seus questionários respondidos, o que evidencia então a necessidade de um esforço para aumentar esse índice e tentar chegar próximo a 50%. Luiz Nery também explicitou que não houve correlação entre percentual de



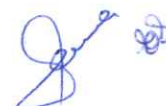
questionários respondidos e nota atribuída, o que refuta a ideia apresentada por alguns docentes de que a nota baixa estaria ligada a um número menor de questionários respondidos. Após comentou as médias das questões, por unidade, que receberam melhores e piores notas. Em geral, as questões muito bem avaliadas foram sobre plano de ensino, o domínio pelo professor do conteúdo da disciplina e elaboração de provas. Quanto às questões com menor avaliação, são as relacionadas à organização e linguagem utilizada pelo professor, atividades extraclasse e retorno das avaliações. A partir de todas essas análises, o GT da ADD chegou a três proposições: a) Não considerar os questionários dos estudantes reprovados por frequência; b) Estabelecer um processo de solicitação de análise e ações referente aos resultados da ADD às direções das unidades acadêmicas e, c) Estabelecer 4 instrumentos específicos para os diferentes níveis de cursos: graduação presencial, graduação e especialização ead, especialização presencial e *Stricto Sensu*. Luiz Nery comentou que as novas propostas desses instrumentos já foram enviadas aos membros, por email, para análise e sugestões, mas discorreu sobre alterações sugeridas pelo GT, pela SeaD e pela PROPESP. Jaciana Araujo parabenizou o trabalho de análise realizado, e sugeriu que fosse incluída a expressão “de um modo atraente” na questão número 2, no instrumento para o *Stricto Sensu*, inclusive por ter sido uma questão avaliada com uma nota menor na ADD 2019. Mairim Piva, a respeito da questão 4, comentou que foi retirada a parte das leituras complementares e não foi colocada em nenhuma outra, então se perde a possibilidade de avaliação desse aspecto. Luiz Nery sugeriu três estratégias para essa situação: retornar o complemento à questão, criar uma nova questão ou que a questão ficasse sem esse complemento, conforme a proposta do GT, e nos próximos anos se avaliar a necessidade de retorno desse aspecto para o instrumento. Os membros presentes concordaram com essa terceira sugestão. Referente às questões 7 e 8, conforme sugestão dos coordenadores da pós-graduação repassada pela PROPESP, não seria necessário se avaliar. Mairim Piva, então, colocou que existem experiências problemáticas nas pós-graduações (*Lato* e *Stricto Sensu*), justamente com a relação entre docente e



discente, aspecto analisado nessas duas questões. Adriana de Senna e Tanise Novello manifestaram que a proposta de retirada tinha sido acatada pelo GT ADD, mas no entendimento então quanto ao diálogo decorrente nesta reunião, seria interessante que tivesse sim essas duas questões para os dois níveis de pós-graduação. Antônio Lopes manifestou também seu posicionamento quanto à manutenção das questões para esses níveis de cursos, que é muito importante. Felipe Kern comentou que na CPA sempre se tem o olhar, a preocupação quanto ao relacionamento docente x discente, então se essa avaliação do estudante ficar registrada na ADD é uma forma dos coordenadores analisarem essas situações antes de assumir uma maior proporção. Assim, em seguida os demais membros concordaram em incluir as questões 7 e 8, para a pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Quanto à redação da questão 8, Edélti Albertoni sugeriu que ao invés de “orientação” fosse colocado “disponível para atendimento extraclasse” nos instrumentos da pós-graduação. Daza Filgueira ampliou a sugestão de Edélti Albertoni para colocar também na graduação presencial. Essas alterações nas redações das questões foram aprovadas. Luiz Nery então perguntou qual a posição da CPA quanto às três proposições do GTADD e os membros presentes concordaram com as três propostas sugeridas. Elisângela Silva sugeriu que fossem feitas as alterações nos instrumentos e enviados novamente à CPA para uma última análise. Luiz Nery ratificou que há a necessidade de conversar com o NTI para as mudanças necessárias no sistema, por isso a urgência na aprovação. Passando ao terceiro assunto da pauta, “Análise da estrutura dos Relatórios Gerenciais 2020”, Elisângela Silva iniciou falando um pouco do histórico dos Relatórios Gerenciais, os quais foram uma ideia da CPA por volta de 2014, mas que em 2016 é que se concretizou, fazendo-se um relatório para cada curso de graduação. Ao longo dos anos, o percentual de participação dos cursos tem aumentado, mas infelizmente a qualidade de alguns relatórios tem ficado aquém do esperado. Passou então a apresentação da estrutura do material, com algumas sugestões de melhorias como: 1) a inclusão da análise e ações por parte das unidades acadêmicas frente aos resultados da ADD (proposta do GT ADD aprovada no assunto anterior desta reunião); 2) inclusão das tabelas de



evasão, a partir do trabalho realizado pela Prof.<sup>a</sup> Raquel Nicolette, com informações mais completas e uma melhor visualização para auxiliar aos coordenadores de curso a terem uma noção do que pode estar por trás dos índices de evasão; 3) a respeito das avaliações do INEP, a mudança sugerida partiu de uma coordenação de curso, que foi aprimorar a tabela do ENADE, referente ao questionário do estudante, pois assim serão mostradas todas as respostas dos estudantes não só as respostas “concordo totalmente” como o INEP considera em seus relatórios. Além dessas alterações, houve uma melhor apresentação dos quadros das avaliações qualitativas, pois se buscou na base de dados, as opiniões por segmento e por dimensão. Ainda a respeito do qualitativo, informou que os Relatórios Gerenciais 2019 não estão publicados na página da Autoavaliação pelo fato de ainda ser necessária uma releitura devido a alguns comentários que serão enviados à Ouvidoria. Nos relatórios deste ano, o quadro das ações iniciará com o ano de 2019, pois as ações feitas em 2019 já se referem às fragilidades da Autoavaliação 2018. Elisângela Silva encerrou a apresentação, informando que a previsão de envio aos coordenadores será no final do primeiro semestre e que para isso é necessário começar a confecção dos 63 relatórios a partir da aprovação da CPA frente às novas alterações propostas; ficou combinado então de enviar a proposta de estrutura do relatório gerencial juntamente com as propostas de instrumentos da ADD, para a CPA. Rita Grecco comentou que a inclusão da análise da ADD por parte das unidades acadêmicas no relatório gerencial, garante o acompanhamento longitudinal da avaliação o que é muito importante. Passando para o quarto assunto da pauta, “Avaliação externa (ENADE, avaliação *in loco*, Recredenciamento Institucional, Sistema Educacional Brasileiro - SEB)”, Rosaura da Conceição informou sobre a antecipação por parte do INEP da regularização do ENADE de 2019, para que assim os estudantes da área da saúde pudessem colar grau e se apresentar para o trabalho de combate à pandemia da covid-19. Quanto ao ENADE de 2020, os cursos que farão o exame serão as licenciaturas, mas ainda há algumas dúvidas quanto à participação dos cursos de Educação do Campo, Ciências EaD e Ciências Exatas, sendo preciso aguardar a publicação das diretrizes curriculares



para definição junto aos coordenadores. Referente ao Recredenciamento Institucional, o processo foi aberto no ano passado, já foi concluída a 1ª fase de preenchimento do formulário eletrônico (F1) e aguarda-se a abertura da segunda fase para o preenchimento do formulário eletrônico (F2) que é um formulário muito mais extenso e com um prazo menor para devolução. Os textos foram elaborados pelos gestores da Instituição e foram aproveitadas muitas informações do formulário de Recredenciamento da EaD. A DAI, a partir desses materiais, com o apoio da Prof.<sup>a</sup> Sibeles Martins, da PROGRAD, e do Prof. Elton Colares, está fazendo uma revisão atenta para retornar aos gestores o que será necessário complementar, ajustar sempre com o olhar para atender às exigências para se obter o conceito máximo. Assim, quando abrir para o preenchimento já se terá um material de qualidade para inclusão no sistema. Informou também que a servidora Mayara Guilherme tem feito mensalmente a atualização dos dados dos docentes no sistema *e-mec*. Ainda neste processo, teve-se a abertura de uma diligência, quanto à acessibilidade, com o auxílio da PROINFRA a mesma foi respondida em 10/01 e em fevereiro saiu o despacho saneador considerado com resultado satisfatório. Mayara Guilherme informou que o despacho saneador foi a última movimentação do processo no *e-mec*. Rosaura da Conceição, referente ao SEB, informou que dentro do prazo previsto todos os estudantes tinham sido cadastrados, até a data limite que era 10/01/2020, mas os estudantes que ingressaram em 2020 não foram cadastrados porque a Medida Provisória expirou e não foi possível cadastrá-los. Quanto ao novo sistema do governo, o Apoiar SUS, voltado para os alunos da área da saúde, Rosaura da Conceição informou que os alunos de Medicina e Enfermagem se inscreveram e a Instituição precisa validar os dados, há um trabalho então da PROGRAD, e das coordenações desses cursos nessa validação. Em relação ao CENSO, o prazo para coleta de dados era 24/04/2020, terminou-se essa coleta no dia 17/04/2020 e depois foi feita uma conferência dos dados informados e na data de ontem (23/04) foi fechado o CENSO. Informou ainda que no dia de hoje, o INEP informou que o prazo tinha sido postergado para junho. Ainda quanto a esse assunto, informou que este ano o levantamento das informações do CENSO foi



mais tranquilo que em anos anteriores. Referente às avaliações *in loco*, Rosaura da Conceição fez uma breve colocação quanto aos conceitos dados pelos avaliadores do INEP para os cursos de Comércio Exterior e Relações Internacionais e solicitou uma maior participação da CPA nas avaliações *in loco*. Mayara Guilherme informou que a Portaria de Reconhecimento do curso de Educação do Campo foi publicada no DOU no dia 17/04/2020. Passando para o último assunto da pauta, "Assuntos gerais": a) Informações da Ouvidoria: Taís Legemann informou que foi regulamentado o Conselho dos Usuários das ouvidorias. Esse Conselho atuará sobre cada serviço que o órgão preste. Os serviços de cada órgão farão parte da Carta de Serviços. A Carta de Serviços da FURG ainda está em fase de elaboração. O Conselho trabalhará dentro de um sistema eletrônico que está em desenvolvimento pelo governo federal e que tão logo fique pronto a Ouvidoria informará. A forma de composição do Conselho da Ouvidoria da FURG ainda será discutida, e certamente a CPA atuará juntamente com a Ouvidoria nesse processo; b) Próxima reunião ordinária da CPA: como a atual situação frente à pandemia remete a incertezas, ficou combinado que a próxima reunião da CPA será agendada posteriormente. Luiz Nery informou que a adesão à reunião virtual foi muito importante, com mais de 30 participantes e reiterou para todos continuarem se cuidando, evitando sair de casa, só o fazendo quando estritamente necessário. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E para constar, eu, Elisângela Freitas da Silva, lavrei, a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Presidente Adriana Kivanski de Senna. Rio Grande, 24/04/2020.-.....

ELISÂNGELA FREITAS DA SILVA  
Assistente em Administração da DAI

ADRIANA KIVANSKI DE SENNA  
Presidente da CPA